

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.941 - ES
(2019/0267975-7)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : SAMARCO MINERAÇÃO S/A
ADVOGADOS : LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO - MG069508
IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO - ES027444
EMBARGADO : JOEL RAMOS DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SAMARCO MINERAÇÃO S/A, à decisão de fls. 1027/1028, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

[...] a certidão aposta nos autos pelo TJES NÃO retratou a efetiva realidade dos fatos, pois revelou data absolutamente divergente da edição do Diário Judicial Eletrônico em que efetivamente publicou-se o expediente em referência (fl. 1032).

[...]

Por sua vez, o Diário de Oficial eletrônico do TJES, edição nº 5856, anexo, revela que a data de disponibilização da r. decisão que inadmitiu o Recurso Especial ocorreu no dia 11 de fevereiro de 2019 (segunda-feira)

[...]

Assim, como o art. 224, §2º, do CPC, afirma que corresponde à “data de publicação, o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico” tem-se, com precisão, que o citado expediente foi efetivamente publicado no dia 12 de fevereiro de 2019 (terça-feira) (fl.1033).

[...]

Assim, como a r. decisão foi disponibilizada no Diário da Justiça eletrônico, no dia 11/02/2019 e efetivamente publicada no dia 12/02/2019 (art. 224, §2º, do CPC), o prazo de recurso começou a contar no “primeiro dia útil que seguir ao da publicação” (art. 224, §3º, do CPC), qual seja, o dia 13/02/2019.

Desta forma, por iniciar em 13 de fevereiro de 2019 (quarta-feira), o prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 1.003 §5º NCPC) para a interposição do Agravo em Recurso Especial findou-se em 08 de março de 2019 (sexta-feira), excluindo da contagem, 04/03/2019, 05/03/2019 e 06/03/2019, pois, não houve expediente forense no âmbito do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, nos termos Ato Normativo 247/2018, que foi anexado ao referido recurso!

E, pela simples análise da chancela do protocolo do Agravo em Recurso Especial, fls. 935, verifica-se que o recurso foi tempestivo, pelo fato de ter sido protocolado no dia 01 de março de 2019 (sexta-feira) às 16:11 hs, ou seja, bem antes do prazo fatal e, obviamente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias previsto no art. 1.003 §5º, do CPC, conforme

demonstrado abaixo (fl. 1034).

[...]

Ressalta-se que a tempestividade do referido recurso foi, inclusive, certificada aos autos às fls. 964 pelo TJES que, tacitamente, acabou reconhecendo seu equívoco:

[...]

Entretanto, apesar de certificar a tempestividade do Agravo em Recurso Especial interposto, a ilustre câmara certificou, de forma absolutamente equivocada, que a r. decisão que inadmitiu o Recurso Especial foi publicada em 31 de janeiro de 2019 (fl. 1035).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Em sentido contrário ao alegado pela parte, nos autos há apenas a certidão de fl. 984, atestando a publicação ocorrida em 31/ 01/2019. Ou seja, não há nenhum documento do tribunal de origem certificando o alegado pela parte.

Cabia à parte fazer prova de sua alegação, por meio de certidão expedida pelo Tribunal, em que constaria a publicação supostamente equivocada. Se assim não fez, não há como acolher a sua alegação. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1329622/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 17/12/2018; AgInt no AREsp 389.942/AM, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 26/03/2018)

Além disso, como já ressaltado, a tempestividade deve ser provada por documento idôneo. Dessa forma, cópia do diário de justiça, como o juntado pela parte nestes aclaratórios, não tem o condão de tornar inválida certidão dos autos, expedida pelo tribunal de origem, que tem fé pública.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO APÓS O PRAZO LEGAL.

INTEMPESTIVIDADE. CERTIDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE ATESTA A DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. FÉ PÚBLICA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática que julgou recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. A Corte Especial do STJ pacificou o entendimento no sentido de que a existência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense há de ser demonstrada por documento oficial ou certidão, expedida pelo Tribunal de origem, que afirme o período no qual ocorreu um desses fatos (STJ, EREsp 884.009/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, Rel. p/ acórdão Ministro ARI PARGENDLER, CORTE ESPECIAL, DJe de 11/04/2014).

III. Na forma da jurisprudência, "a comprovação da tempestividade do recurso, em decorrência de feriado local ou suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final pode ocorrer posteriormente, em sede de Agravo Regimental" (STJ, AgRg no AREsp 137.141/SE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, CORTE ESPECIAL, DJe de 15/10/2012).

IV. É firme o entendimento desta Corte no sentido de que "a cópia do Diário de Justiça, juntado pela parte, não tem o condão de tornar inválida certidão dos autos, expedida pelo Tribunal de origem, que tem fé pública" (STJ, AgInt nos EDcl no AREsp 881.315/MG, Rel.

Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/11/2016), tal como ocorreu, in casu. No mesmo sentido: STJ, AgInt no AREsp 910.544/PB, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 03/04/2017; AgRg no AREsp 804.894/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 28/03/2017; AgRg no Ag 1.113.107/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 03/08/2011.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1020714/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 11/09/2017)

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na

Superior Tribunal de Justiça

decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente